

Democratização leva à necessidade de punir

Governistas e opositores parecem concordar: se não houver punição no caso do painel, será ruim para o Senado

José Augusto Gayoso

• BRASÍLIA. Depois de cassar um presidente (Fernando Collor) e um senador (Luiz Estevão), o Senado dá demonstrações de que não vai parar por aí. Empurrado pelos ventos da democratização, da ampliação do trabalho do Ministério Público, da liberdade de imprensa e da mobilização das entidades representativas da sociedade, os senadores estão na iminência de punir dois graduados companheiros: o ex-presidente da casa Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o ex-líder do governo no Senado José Roberto Arruda (sem partido-DF).

Isso sem falar na possibilidade de o atual presidente, Jader Barbalho (PMDB-PA), vir a ser investigado por seus pares. Quanto à necessidade de punir, senadores governistas e de oposição parecem fazer parte de um só coro: se não houver punição no caso da violação do painel eletrônico, será muito ruim para a instituição.

Para tucano, tem que haver punição exemplar

O tucano Antero Paes de Barros (MT), segundo secretário da Mesa Diretora do Senado, e que vem assumindo uma posição mais dura entre os colegas de bancada nas reuniões do Conselho de Ética, é enfático:

— Tem que haver punição exemplar para todos. Os dois senadores e os funcionários do Prodases envolvidos na violação do painel — diz.

Para o pedetista Jefferson Peres (AM), que foi o relator no processo de cassação de Luiz Estevão, tudo leva a crer que o Conselho de Ética e a

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vão seguir a tendência da cassação. Nesse caso, seria muito difícil que o plenário derrubasse uma decisão dessas duas instâncias.

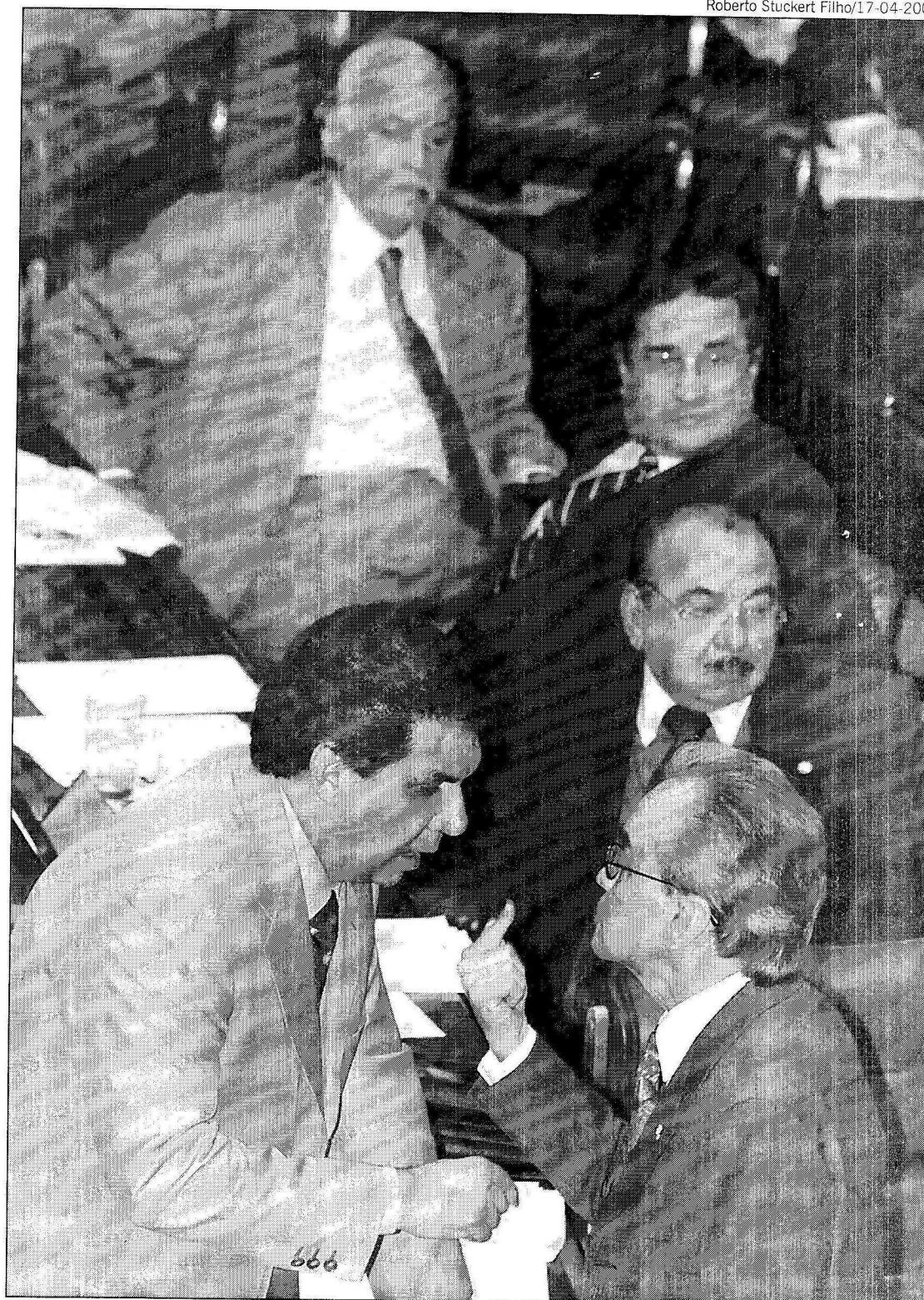
— Ou o Senado se eleva ou se avulta.

Os dois analisam ainda os reflexos que a crise do Senado pode levar ao Executivo. Antero acha que os problemas são localizados e que não atingirão o governo ou a aliança que o sustenta, nem agora nem nas eleições que se aproximam. Já Peres acredita que se o governo investigar com profundidade e punir com rigor, como o Senado está fazendo no caso do painel eletrônico, o partido do presidente Fernando Henrique, o PSDB, pode disputar as eleições de 2002 como forte candidato, sem necessidade de se coligar com PFL ou PMDB.

— Mas, se o governo ceder ao apetite fisiológico do Congresso, pode se coligar com dez partido que perde a eleição — diz Peres.

Concluídas as investigações, depois da divulgação do laudo da Unicamp que constatou a fraude e dos depoimentos de Antonio Carlos, Arruda e da ex-diretora do Prodases Regina Borges, o Senado aguarda o relatório do senador Saturnino Braga, que deverá recomendar a cassação dos dois senadores envolvidos. Previsto inicialmente para quinta-feira, o relatório só deverá ser apresentado na próxima semana porque Saturnino, irritado com as pressões, pediu tempo para decidir. O destino de Antonio Carlos e Arruda só deverá estar selado no fim de junho, quando o plenário votaria o eventual pedido de cassação. ■

Roberto Stuckert Filho/17-04-2001



JADER CONVERSA com Peres, sob o olhar de Antonio Carlos: senadores graduados estão na berlinda